

# Um choque de liberdade

ANTÔNIO OLIVEIRA SANTOS

**A** crise mundial de 1974/75, repetida e agravada em 1979/80, provocou sérios danos e prejuízos principalmente aos países do Terceiro Mundo, produtores e exportadores de produtos primários, que sofreram um profundo empobrecimento em função das pesadas perdas nas relações de trocas internacionais, dos insuportáveis ônus de uma enorme dívida externa e da retração dos investimentos e financiamentos externos ocorrida a partir de 1982.

Essa verdadeira agressão de fatores externos, de certa forma imprevisíveis e inesperados, interrompeu a trajetória de progresso e desenvolvimento das décadas anteriores e produziu uma perigosa estagnação econômica em praticamente todos os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil.

A síntese de todos esses percalços se traduz, hoje, no estigma da dívida externa, a que muitos analistas desavisados e políticos de segundas intenções procuram imputar a fonte de todos os males, o bode expiatório de todas as nossas dificuldades. Sem dúvida, os encargos atuais da dívida externa pesam sobremaneira e geram problemas de difícil solução para a retomada do crescimento econômico, o que, embora sendo também o caso do Brasil, é evidentemente muito menos importante aqui do que em outros países, com possibilidades econômicas muito menores que as nossas.

Há um reconhecimento geral, inclusive no exterior, de que o Brasil se situa entre os devedores que melhor utilização fizeram dos recursos da dívida externa. Com algumas poucas exceções, entre as quais poderíamos incluir projetos como os de energia nuclear, da ferrovia do aço e, também, menos visível, da Siderúrgica Açominas, são inegáveis os benefícios derivados dos investimentos hidrelétricos (Itaipu, Tucuruí etc.), no setor siderúrgico (Cia. Tubarão e outros), na mineração (Carajás), nas telecomunicações, nos transportes, na petroquímica e tantas outras áreas, onde, com recursos externos, se construiu uma sólida infra-estrutura e ponderável parque industrial de base, responsável pela ascensão da economia nacional ao

oitavo lugar no contexto internacional.

Existe, pois, no caso brasileiro, uma interpretação visivelmente equivocada quando se propõe atribuir à dívida externa a presente recessão da economia nacional, o incontestável déficit público e a explosão inflacionária. Uma interpretação não só equivocada, mas deliberadamente fabricada com fins políticos para mascarar e esconder uma desagregação administrativa e uma nítida incapacidade de gerir a máquina governamental, o que não é privilégio, nem exclusividade do Brasil, pois compõe o quadro de desgoverno que constitui enfermidade endêmica em praticamente todos os países da América Latina.

Quando se diz que a década dos anos 80 é uma década perdida para os países latino-americanos, é fácil perceber que essa situação não foi causada apenas por fatores externos. Basta olhar para dentro e fazer a autocrítica dos erros e do desgoverno da administração pública, no Brasil, particularmente, para perceber como nos nos desviamos dos caminhos da normalidade e do bom senso, por ação ou omissão de nossa própria iniciativa.

Ainda que precários os elementos que nos permitam fazer uma avaliação definitiva, creio que já se pode perceber, pela experiência desses últimos anos, a perniciosa influência sobre a vida nacional dos excessos da estatização e da burocracia oficial. O superdimensionamento do Estado, a intervenção abusiva no domínio econômico e a regulamentação desmedida e sufocante atingiram um estágio insuportável. A presença do Estado e a de suas empresas, que no início da década de 50 configuravam atividades supletivas, certamente úteis para criar uma sólida infra-estrutura de apoio à iniciativa privada, ultrapassaram, nestes últimos tempos, os limites do razoável e do bom senso e hoje representam poderoso instrumento de asfixia do funcionamento do mercado.

Há maus empresários que se valem de manobras especulativas para manipular seus preços, como há maus sindicatos que praticam diariamente o abuso acintoso das greves, enquanto piquetes subversivos inva-

dem as fábricas. Metade da força de trabalho nacional se remunera pela lei de bronze de um salário-mínimo que mal chega a oitenta dólares mensais, ao mesmo tempo em que os juízes dos tribunais, os deputados e senadores elevam seus salários acima de dez mil dólares, cercados de mordomias, e se dão ao luxo de terem assessores com ordenados ao nível de sete mil dólares por mês. Um trabalhador que receba o novo salário-mínimo de NCZ\$ 120,00 precisa trabalhar 13 anos e nove meses para receber o que um Deputado do Acre recebe em apenas um mês!

A carga tributária de cerca de 22% do Produto Nacional evidentemente não chega para cobrir os gastos do Estado, nos três níveis de Governo, e se complementa com um déficit astronómico, que em 1988 chegou a 48% do PIB, em termos nominais. Um escândalo. Um absurdo.

A reserva de mercado, irracional e generalizada, que talvez tenha sido de alguma utilidade nos anos 50, é hoje um estorvo ao progresso e à modernização. Não é apenas a indústria eletrônica e de informática que goza da proteção desmesurada e anti-económica da SEI, mas, igualmente, inúmeros outros setores da indústria nacional, protegidos por verdadeiras barreiras aduaneiras e por uma regulamentação arbitrária do "similar nacional" e dos "índices de nacionalização". O mecanismo da competição, que constitui o cerne do capitalismo moderno, está estiolado ou é uma ficção.

O Brasil encalhou nos bancos de areia do estatismo, da burocracia, da especulação, da corrupção, da incerteza, do descredito. Há, em toda parte, uma perigosa degradação dos costumes. Ninguém é capaz de nos dizer, hoje, onde estamos, tal é o desregramento econômico, a instabilidade política e a inquietação social.

Há, em toda parte, a sensação nítida de que precisamos fazer alguma coisa rápida e dramática. Precisamos de um choque. Um choque de liberdade.

Antônio Oliveira Santos é presidente da Confederação Nacional do Comércio e membro do Conselho Monetário Nacional.